

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas Resebido em 18/9/2012 às Paula Teixelra Mat. 255170

MPV 579

00412

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/09/2012		Proposição Medida Provisória n. 579, de 11 de setembro de 2012						
		MALDO JARDIM				nº do prontuário		
1 Supressiva	2. X Substitutiva	3. Modificativa	4.	Aditiva	5.	Substitutivo Global		
Página	Artigo 1º	Parágrafo 7º TEXTO / JUSTIFICAC		Inciso		alínea		
	De-se ao § 7	° do Art. 1º da Medida	Provis	soria n. 579	, de 20	12:		
Art. 1º								
					**********	••••••		
§ 7º O disposto	neste artigo se a	plica às concessões	de ge	eração de e	energia	hidrelétrica que,		
nos termos do	art. 19 da Lei no 9.0	074, de 1995, já forar	n pror	rogadas.				
						"(N.R.)		
		JUSTIFICAÇÃO)			Q 4		

Essa alteração se faz necessária para que seja dado tratamento isonômico entre todas as concessões de geração que iniciaram sua operação comercial antes de 08/07/1995, data da publicação da Lei n. 9.074/95.

Até a data de publicação dessa Medida o poder concedente aprovou a dilação por vinte anos ou mais, nas mesmas condições impostas nos contratos de concessão, a dezenas de usinas, tais como: os da UHE Serra da Mesa, de titularidade de Furnas Centrais Elétricas S.A. (prorrogada em 30/04/2012), UHE Antas II, outorgada à Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (prorrogada em 07/11/2011), UHE Samuel, outorgada à Eletronorte (prorrogada em 12/03/2010), UHE Segredo, outorgada à Copel (prorrogada em 01/09/2009), UHE Salto Caxias, outorgada à Copel (prorrogada em 01/09/2009), UHE Porto Primavera, outorgada à Cesp, (prorrogada em 18/03/2008), UHE Emborcação, outorgada à Cemig (prorrogada em 04/06/2007), UHE Nova Ponte, outorgada à Cemig (prorrogada em 04/06/2007), entre outras.

Nesse contexto, os agentes têm executado seu planejamento de gestão das concessões não prorrogadas considerando a legítima expectativa de operação desses ativos por mais vinte anos, tendo em vista os princípios da isonomia e da segurança jurídica.

Assim, é necessário que aqueles agentes de geração que ainda não passaram por uma prorrogação nos termos do artigo 19º da Lei 9.074, tenham garantido o direito da prorrogação nas atuais

MD1200

condições impostas no contrato de concessão em vigor até a	a data da publicação desta Medida
Provisória.	
Sala das Sessões, 18 de setembro o	de 2012,
0-11	. ~ //
Deputado Arnaldo Jardim	50/(-
DDC CD	
PPS-SP	·

